

# Festas e resistência negra no Rio de Janeiro:

batuques escravos e as comemorações  
pela abolição em maio de 1888

Celebration and black resistance in  
Rio de Janeiro — slave batuques and  
celebrations for abolition in May 1888

## **RENATA FIGUEIREDO MORAES**

Graduada e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professora adjunta de História do Brasil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

[renatafmoraes@gmail.com](mailto:renatafmoraes@gmail.com)

**RESUMO:** As últimas décadas do século XIX foram marcadas por um debate parlamentar e na imprensa sobre o peso da escravidão. Ao mesmo tempo, homens e mulheres negros, livres e escravizados, resistiram à escravidão e ao seu legado evitando também o extermínio da sua cultura. O fim da escravidão foi celebrado com festas realizadas pela imprensa e também por aqueles que utilizaram as vielas de uma cidade negra, o Rio de Janeiro, para celebrar a liberdade. Esse texto trata das festas negras, reprimidas durante a escravidão e realizadas pelos egressos do cativo em maio de 1888. Homens e mulheres livres e pobres também estão entre aqueles que celebraram a abolição a partir de códigos já existentes e presentes nos batuques no interior das casas e terreiros da cidade, resistindo às ordens de como celebrar a liberdade. A imprensa do Rio de Janeiro reproduziu algumas notícias sobre as festas reprimidas em fazendas, as restrições à liberdade dos ex-escravos promovidas por antigos senhores e analisou a participação da população nas festas de maio de 1888. Deste modo, esse texto insere a festa como um instrumento de resistência e reivindicação de espaços sociais e culturais na Corte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abolição. Festa. Rio de Janeiro.

**ABSTRACT:** The last decades of the nineteenth century were marked by a parliamentary debate and in the press on the weight of slavery. At the same time, black men and women, free and enslaved, resisted slavery and their legacy, while avoiding the extermination of their culture. The end of slavery was celebrated by parties held by the press and also by those who used the alleys of a black city, Rio de Janeiro, to celebrate freedom. This text deals with both the black festivals, suppressed during slavery and carried out by the captives of May 1888. Free and poor men and women are also among those who celebrated the abolition from codes already existing and present in the batuques inside the houses and terreiros of the city, resisting the orders of how to celebrate freedom. The press in Rio de Janeiro reproduced some news about repressed festivals on farms, restrictions on the freedom of former slaves promoted by former masters, and analyzed the population's participation in the feasts of May 1888. Thus, this text inserts the feast as an instrument of resistance and demand of social and cultural spaces in the Corte.

**KEYWORDS:** Abolition. Celebration. Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, maior cidade escravista das Américas, foi palco protagonista do fim da escravidão no Brasil. Através da atuação do Parlamento na discussão da lei da abolição, foi possível que a cidade testemunhasse o grande evento que foi a assinatura da lei mais tarde conhecida como Áurea. A capital do Império foi o local principal das festas pela abolição, mas não o único. Por todo o Império, e até fora dele, festas foram celebradas para comemorar o fim do sistema escravista nas Américas e no mundo. Desde antes da abolição, a cidade do Rio de Janeiro era o ambiente dessa resistência e de circulação de notícias sobre fugas e batuques. Ocupar a cidade com festas religiosas negras ou batuques que, aos ouvidos dos senhores e da repressão policial, poderiam representar baderna e algazarra era, na verdade, uma forma de resistir à escravidão e ao extermínio de uma cultura. Essa cidade negra viveu, durante a escravidão, cotidianamente, ações de resistência dos escravos e de tentativa de estabelecimento de uma “ordem” por parte daqueles que pretendiam controlar festas e ajuntamentos de negros nas ruas. No entanto, a cidade não escapou de vivenciar as novas relações que se estabeleciam entre ex-escravos, letrados, libertos, africanos, escravos e abolicionistas, dentre outros. As últimas décadas da escravidão foram marcadas por uma incerteza quanto ao futuro de homens e mulheres escravizados, apesar de serem também tempos de esperanças e de conquistas que, possivelmente, foram influenciadas por essas novas relações existentes na cidade e por esses diversos atores que nela habitavam.

Por outro lado, por ser a sede do Império e das casas legislativas, a população do Rio de Janeiro pôde acompanhar de perto as discussões ocorridas na Câmara e no Senado e depois reproduzidas nos jornais que circulavam diariamente. A escravidão, além de fazer parte do dia a dia, era também discutida cotidianamente pelas ruas da cidade, nas livrarias, cafés, portas das redações dos jornais e por todos que se viam integrantes daquele processo abolicionista ou pertencentes aquela cidade negra e escravista. O fim da escravidão promovido por meio de uma lei assinada em pleno centro da Corte tornaria também a própria cidade como protagonista daquela ação, assim como seus moradores, todos agora livres. Todos queriam comemorar e inúmeras festas foram realizadas pelas vielas dessa cidade negra. Contudo, toda essa festividade não ficou livre da repressão policial e dos julgamentos da imprensa. Neste sentido, era preciso resistir, também, às ordens de como celebrar. Deste modo, a construção das festas da abolição era uma forma de arrumar a sua história. As festas possuem um sentido e em maio de 1888 era o de indicar quais eram os sujeitos da abolição tão fartamente celebrada. Esse texto

pretende apontar não apenas os sujeitos da festa, mas quem pretendia ser o protagonista daquele ato da assinatura. Deste modo, será possível entender a dinâmica construída para a abolição dentro da cidade do Rio de Janeiro e que deixou como legado uma visão sobre a abolição ainda presente na cultura histórica.

## A assinatura da lei e os outros festejos

O principal organizador da festa da abolição foi a Imprensa Fluminense. Através dos editores dos diversos jornais que circulavam pela cidade, ela determinou quais seriam os heróis daquele ato. Nas primeiras páginas das folhas, ainda antes do 13 de maio, já parecia se esforçar para elencar os sujeitos daquela história, colocando seus representantes como também responsáveis pelo fim da escravidão. As festas da abolição organizadas pela imprensa serviram para a construção de uma trajetória para o processo abolicionista, colocando como passivos alguns sujeitos, no caso, os ex-escravizados, e como atuantes os abolicionistas. Ao final do processo, os membros do gabinete chefiado por João Alfredo e a família imperial foram alçados como responsáveis por aquele ato.

Apesar dos jornais construírem uma narrativa de que a abolição veio como uma mágica, sem destacar a luta e os embates contra essa medida e que eram visíveis no parlamento e nos jornais, a abolição não era uma unanimidade no Império. Ao contrário disso, as discussões sobre o projeto de lei, tanto na Câmara quanto no Senado, mostraram uma tensão existente entre aqueles que representavam a voz do escravismo e que estavam dispostos a batalhar pela extensão da escravidão por meses ou anos. Seus discursos parlamentares ou as declarações de voto mostravam a necessidade de registro dessa insatisfação, principalmente no que tange ao encaminhamento da abolição imediata. Os próprios bilhetes enviados com contribuições para a compra da pena de ouro indicam a tensão existente entre favoráveis à abolição e escravistas que, a todo custo, pretendiam prolongar a escravidão (MORAES, 2013).<sup>1</sup>

O processo parlamentar foi acompanhado pela imprensa que convocava a população para comparecer e testemunhar o ato:

A redação do *Cidade do Rio* e a Confederação Abolicionista convidam o povo brasileiro para se reunir hoje (13 de maio), às 10 horas da manhã,

na Rua do Ouvidor, em frente à mesma redação e seguir para o Senado, a fim de saudar os ilustres representantes da Câmara vitalícia pela passagem da lei da extinção do elemento servil em 3º discussão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 de maio de 1888).

A imprensa e as fotografias feitas para registrar o largo do Paço mostram a variedade de atores presentes nesse cenário de festa. No entanto, nos relatos dos jornais, essa diversidade de pessoas que ocupava a cidade do Rio de Janeiro não fica evidente. A rua do Ouvidor, sede de grande parte dos jornais que organizaram a festa, foi ocupada por uma diversidade de pessoas, ocasionando um relato curioso. Um jornalista da *Gazeta de Notícias* observou, da sacada do prédio da redação, a existência de um festejo realizado por outros organizadores, fora da imprensa. Segundo ele, ocorreu uma “dança obrigatória” onde todo mundo era obrigado a entrar na roda e ouvir as músicas com as pernas e não com os ouvidos.

A alegria do povo imagina todas as manifestações possíveis, a maior parte das quais inofensivas. Uma, entretanto, apesar de evidentemente cômica — ou por isso mesmo — se por muitos era recebida com agrado a alguns causava visível, embora não invisível, repugnância. Em frente ao escritório da *Gazeta de Notícias*, no coreto, a música do 7º batalhão tocou desde o anoitecer umas músicas que pareciam mesmo feitas de requebros; ouvindo-as, a gente sentia não sei o que, que lhe dançava cá por dentro, e era música para se ouvir com as pernas, em vez de se ouvir com os ouvidos. Ora, isto deu em resultado na rua um baile público que não estava no programa dos festejos; e por sinal que um dos figurantes, de chapéu de palha e calças brancas dançava como se tivesse trezentos mil diabos no corpo. Até aqui nenhum inconveniente; cada um tem o direito de divertir-se como quiser (...) o inconveniente foi obrigar-se algumas pessoas... a dançar! Fazia-se um círculo — círculo não imaginado por Dante — e d’ele só saía o desgraçado que lá estava, depois de dançar o miudinho. Apenas um resistiu absolutamente, mas não houve conflito por isso. Entretanto, se a diversão se reproduzir, poderá haver cenas lamentáveis. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de maio de 1888).

O que chamou a atenção do noticiário foram os requebros e, principalmente, a familiaridade que o público que estava ali tinha com aquelas músicas. A classificação dada por ele para a música que tocava, feita para se

“ouvir com as pernas”, parecia ser a repetição das formas genéricas encontradas nos relatos dos viajantes de meados do século XIX, ao caracterizar as danças negras. Nesses relatos, as coreografias e suas músicas sugeriam movimentos das ancas, contando com instrumentos e ritmos africanos. Entretanto, ainda em meados do mesmo século, no período da escravidão, as exibições dessa forma de festejar não ficavam restritas aos lugares afastados da cidade. Ao contrário, tais movimentações ocorriam em importantes esquinas da cidade e eram presenciadas por “jovens moças” que se juntavam aos espetáculos (ABREU, 1999, p. 290). Ou seja, a realização de festejos negros, típicos do período da escravidão, era, a partir do 13 de maio, condenada pelo editor do jornal, uma vez que, junto com a escravidão, tais práticas também deveriam ser abolidas. Esses registros foram feitos a partir de um olhar do branco, repressivo, ou por meio de um relato que, por fim, se mostrava condenatório àquela prática, conforme esse da *Gazeta de Notícias*. Nesse caso, se perde alguns elementos para se entender a festa negra realizada em diferentes locais e que tinha como características uma variedade de sentidos e significados em grande parte incompreensíveis aos ouvidos dos brancos.

Aquele que fazia o registro não entendia a dinâmica da festa negra (REIS, 2002, p. 100), e os usos dos instrumentos de percussão, o que alimentava o som dos batuques e, em roda, recebia a participação de quem quisesse entrar para dançar (FARIAS, 2006, p. 130),<sup>2</sup> o que para o editor da *Gazeta de Notícias* era o principal perigo. Esta festa negra, assim chamada por João José Reis, no período da escravidão, desafiava as ordens daqueles que pretendiam manter negros e africanos sob o silêncio do cativo (REIS, 2002, p. 102).<sup>3</sup> Com o seu fim, a negociação para a realização desse tipo de festejo passa por outra esfera e era dominada, no caso das festas da abolição, pelos organizadores dos festejos que compunham a programação. A realização de algo fora do programa oficial desafiava não só a autoridade dos organizadores dos festejos, como, também, o ambiente que se pretendia implantar após o fim da escravidão, onde batuques até altas horas da noite numa rua elegante da cidade não deveriam ocorrer.

De fato, o relato de maio de 1888 indica que havia muito mais sujeitos batucando e dançando em roda do que o desejado. A diversão dos presentes, com tipos classificados pelo editor como o “figurante de chapéu de palha e calça branca”, possivelmente um afrodescendente que comandava e animava todos ali com seu gingado, também contava com quem não tinha a prática de dançar. Talvez por isso o seu temor em haver cenas “lamentáveis”, caso alguém não quisesse acompanhar o ritmo da batucada. No entanto, o final

do relato exemplifica o que se pretendia de fato: eliminar a continuidade desse tipo de festejo nas festas da imprensa. A perspectiva de um possível acontecimento mais grave já era suficiente para se reforçar o pedido de, pelo menos, adequação desse festejo ao ambiente da Rua do Ouvidor.

O jornalista poderia desconhecer a lógica daqueles que, em meio às festas de maio, promoviam esse tipo de festejo, mas certamente estava familiarizado com as frequentes denúncias sobre batuques e ajuntamentos feitos por “negros perigosos”, que realizavam “sambas” e “culto idólatra”, que apareceram de forma constante nos jornais da Corte em meados do século XIX. No tempo da escravidão, para a realização de batuques, festas e manifestações de negros, cativos e livres era necessária a constante negociação com senhores, agentes públicos e vizinhança (FARIAS, 2006, p. 113).<sup>4</sup> No entanto, nem sempre essa negociação dava certo e as autoridades policiais eram obrigadas a reprimir ajuntamentos que ocorriam na região da Corte (FARIAS, 2006, p. 90).<sup>5</sup> Com a abolição, e todo o ambiente que por ora parecia ser de igualdade, a forma de festejo ocorrida naquela madrugada foi classificada como sendo “repugnante” e “cômica”. Apesar de admitir a existência de diferentes formas de manifestação de alegria, aquela que ele testemunhava não parecia ser a ideal. Ou seja, em pleno momento de festa da igualdade, o que era diferente deveria ficar em outro lugar.

Por mais que os relatos da imprensa insistissem em negar ao público que comemorava qualquer sentimento ou posição específica, promovendo sentidos para a festa que se propunham universais, a distância que separava a festa idealizada por esses jornalistas e escritores daquela experimentada pelos que comemoravam nas ruas e embaixo de suas sacadas não parecia ser tão grande. Ou seja, a cidade tomada por festas acabava ligando a diversidade de festeiros àqueles que queriam apenas um tipo de comemoração. No entanto, a curta distância física não era suficiente para superar a distância cultural existente. Essa proximidade e, ao mesmo tempo, repulsa foi satirizada por Angelo Agostini nas suas ilustrações para a *Revista Ilustrada* sobre os festejos pela abolição.

FIGURA 1 — Charge de Angelo Agostini sobre os festejos pela abolição.



Fonte: *Revista Ilustrada* de 9 de junho de 1888.

Ironizando em imagens a suposta homogeneidade de ideais anunciados pela festa da liberdade, ele faz uma sátira deste discurso baseada na inversão do seu princípio: se era pelos negros a festa celebrada, seriam suas também as tradições que lhe dariam forma.<sup>6</sup> A diversidade dos festeiros, negros descalços dançando em roda ao lado de homens brancos de fraque, lembrando as práticas culturais de origem centro-africana e identificada nos jongos ocorridos nas fazendas (SLENES, 2008), era a forma ideal de comemorar uma causa, segundo Agostini. O batuque, antes reprimido por outro jornalista, para Agostini teria o caráter oficial e seria o símbolo da igualdade promovida pela lei, justificando assim a presença, lado a lado, de negros descalços com homens brancos tentando mexer as ancas ao som das músicas para se ouvir com as pernas. Na festa imaginada pelo ilustrador haveria uma improvável mistura pensada a partir de diferentes tipos sociais que, naquele período, comemoravam a abolição, entre ministros, jornalistas e libertos. Mesmo assim, na realidade do dia a dia das festas, o fato é que havia um desconforto pela presença de festividades estranhas aos olhos de quem pretendia controlar a celebração e as diferentes formas de festejar. Percebe-se, assim, que os festejos pela abolição eram compostos não só por aqueles que tomavam para si a tarefa de construir para a festa sentidos unívocos, mas



também por quem precisava ainda lutar nas ruas para fazer valer a liberdade anunciada no dia 13 de maio.

Além do estranhamento ligado à música e aos requebros que ela provocava, a outra preocupação citada pelo editor da *Gazeta de Notícias* era pela previsibilidade de um conflito provocado por alguém que não quisesse compartilhar da dança. Aliás, o caráter pacífico das festas era algo a ser preservado e era também uma espécie de demonstração de civismo, logo, nada deveria desfazer a harmonia até então, a seu ver, preservada.<sup>7</sup> Porém, tal cuidado não levou em consideração que, durante os dias de festa, existiram pequenos conflitos noticiados em seções destacadas do jornal. Assim, não seria um batuque o responsável pela quebra do caráter pacífico da festa.

O jornal *Cidade do Rio* foi responsável pela publicação de alguns casos de desordem ocorridos pela Corte nos dias de festa. A edição do dia 23 de maio, na segunda página, teve quase uma coluna inteira com as notícias das prisões e suas causas. Um homem foi preso após promover desordem na Rua da Constituição; outro por dormir na Praça da Constituição; um terceiro, descrito como um “célebre vagabundo”, foi preso por dormir na mesma praça; e outro por ter promovido, à noite, desordens na Rua Luiz de Camões (CIDADE DO RIO, 23 de maio de 1888).

Vale reforçar que toda essa região fazia parte da área ocupada pelos festejos da abolição e, por ter sido a nota publicada logo na edição seguinte ao fim dos festejos, possivelmente fez parte da rotina de repressão a algumas práticas festivas.<sup>8</sup> As ruas, nesses dias, estavam ocupadas por toda a sorte de público que se deslocava de regiões distantes para presenciar as comemorações e também participar dos mais variados tipos de festejos. A repressão à prática da vagabundagem nas regiões próximas da festa dá conta de uma tentativa de eliminar não só do ambiente festivo, mas também da rotina da Corte, aquilo que não deveria fazer parte daqueles novos tempos. Afinal, a festa da abolição decretava o fim de um período e o início de outro, marcado pelo trabalho como objetivo de todos os brasileiros, agora iguais pela lei. Tal marca estava presente nos discursos pronunciados por abolicionistas durante as festas e nas poesias distribuídas ao povo. Logo, não combinava a existência de “célebres vagabundos” pela cidade.

Essa classificação, dada àqueles que estavam nas ruas à noite nos dias de festa, era uma forma de combater o vício do não-trabalho, perigo nos momentos seguintes à abolição. O termo “vadio”, no jargão policial, foi utilizado para se referir àqueles que traduziram liberdade por autonomia. A perseguição a esses tipos sociais, que não se encaixavam numa dinâmica

pensada pelas autoridades policiais, foi reforçada à medida em que o conceito de “vadiagem” passou a ser discutido pelos parlamentares do final do Império com base na inversão dos predicados do mundo do trabalho. Ou seja, a sua negação definia o conceito de “vadiagem”. A ociosidade seria uma ameaça à ordem e seu praticante, um pervertido, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. Logo, a ociosidade combinada com a vadiagem deveriam ser combatidas e o trabalho defendido como lei suprema da sociedade (CHALHOUB, 2001, p. 73-75).

Durante toda esta semana o povo, à tarde, depois da hora do trabalho, tem percorrido as ruas dando vivas à liberdade e saudando os grandes apóstolos da abolição. (...) É preciso notar que toda essa gente trabalha durante o dia, para só à noite sair a expandir o seu entusiasmo. Diziam os inimigos da abolição que quando esta fosse lei do país, assim nenhum ex-escravo trabalharia mais. E no entanto, os beneficiados pela lei, quase não comparecem nos festejos durante o dia. (CARBONÁRIO, 18 de maio de 1888).

Além de confirmar uma iniciativa festiva por parte dos trabalhadores, utilizando suas horas de descanso para os festejos antes mesmo do início das festas da imprensa, essa nota identifica quem ocupava as ruas à noite. Enquanto os horários da manhã e da tarde eram ocupados com eventos esportivos, matinês literárias e préstitos, sempre contando com uma adesão significativa por parte dos moradores da Corte, o horário noturno também seria de comemoração por parte daqueles que trabalhavam durante o dia ou que pretendiam fazer batuques a seu modo para celebrar a abolição.

Uma senhora, há que, segundo dizem, prendeu toda a roupa de uma ex-escrava, para que ela não pudesse sair de sua casa, mantendo-se em escravidão. Isto dá-se aqui na Corte. De outros temos sabido que fazem crer as desgraçadas vítimas da infame usurpação, que as festas da liberdade foram simples prenúncio da libertação geral. (CARBONÁRIO, 25 de maio de 1888).

A matéria continuava com a denúncia de que haveria uma tentativa de influenciar os “beneficiados da lei”, os ex-escravos, contra a ideia de igualdade nas relações sociais a partir do 13 de maio. Segundo o redator, uma forma de impedir isso era mandar os inspetores de quarteirão visitarem as

casas para fazer cumprir a lei, e ver se não havia pessoas ainda sob regime da escravidão (CARBONÁRIO, 25 de maio de 1888).<sup>9</sup> Ao denunciar tal prática em plena época dos festejos pela abolição, o jornal mostrava que a simples assinatura da lei não bastava para modificar socialmente a situação do ex-escravo. Além do mais, a existência das festas pelas ruas da Corte não era suficiente para mostrar que a liberdade já poderia ser vivida por todos. Afinal, o prenúncio da liberdade era o que deveria ser comemorado na festa, e não a liberdade em si, de acordo com aqueles que não queriam profundas mudanças após o 13 de maio.

### As festas longe da corte

A pluralidade das festas pela cidade correspondeu, também, à variedade de sujeitos que delas participaram. Seja nos subúrbios ou na região central, pessoas das mais diversas origens e perfis tomaram parte, ao seu modo, da celebração. Essa diversidade de sentidos também foi marca dos festejos que ocorreram no interior da província, mais precisamente nas regiões escravistas. Com a chegada da notícia da assinatura da lei no interior, os festejos ocorridos nas fazendas, promovidos pelos então ex-escravos, tiveram uma dinâmica própria, apesar de ainda estarem, em muitos casos, comprometidos com a lógica senhorial da celebração.

Na Fazenda Pocinhos, na estação do Ypiranga da Estrada de Ferro D. Pedro II, todos os escravos da localidade, homens, mulheres e crianças, foram reunidos para receber o anúncio da libertação. Ao saberem das boas novas, todos “romperam entusiásticas saudações”:

Tornaram-se verdadeiros loucos: uns ajoelhavam-se levantando mãos súplices aos céus; outros riam, muitos choravam, beijavam a terra que regaram por tanto tempo com o suor do trabalho forçado, todos erguendo vivas a S. Benedito, a Princesa Imperial e ao ministério João Alfredo (O PAIZ, 15 de maio de 1888).

Ao mesmo tempo em que a euforia tomava conta daqueles que recebiam a notícia da sua liberdade, as saudações feitas por eles possuíam um sentido muito específico. Apesar de levantar graças à Princesa e ao ministério, não esqueciam também do “glorioso santo cujo nome não lhes saia dos lábios”, São Benedito. A atitude desses ex-escravos nos ajuda ainda a enten-

der, no entanto, alguns dos sentidos que esses devotos de São Benedito podiam, então, atribuir à Abolição. São Benedito foi um dos santos negros mais cultuados pelos escravos. Essa devoção possivelmente estaria relacionada à biografia do santo, filho de pais escravos. O seu culto no Brasil ocorre desde o início do século XVII, após ser atribuído a ele o milagre da cura do filho de uma escrava do convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro (BORGES, 2005, p. 155). O santo de devoção já havia beneficiado os antepassados desses escravos e a graça da abolição recebida era também associada a ele. No entanto, tamanha devoção e alegria não foram suficientes para tirar esses novos trabalhadores livres das suas obrigações cotidianas. Ainda de acordo com a nota, às 4 horas da tarde, enquanto comemoravam, houve uma previsão de “borrasca” (ventania) e havia naquele local grande quantidade de café, calculada em 6:000\$000 (seis mil réis). Então, na mesma hora, esses trabalhadores recolheram todo o café e guardaram no depósito e logo depois voltaram aos “folgedos da libertação” (O PAIZ, 15 de maio de 1888). Ao fazerem isso, mostravam compreender de forma bastante específica a liberdade que lhes havia sido anunciada: ela não parecia ser a simples negação ao trabalho, mas sim a possibilidade de afirmação autônoma de sua cultura e, nesse caso, do seu santo de devoção. Um caso semelhante ocorreu em Maricá, onde a comemoração dos ex-escravos se deu à noite e durante o dia permaneceram trabalhando na lavoura (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21-22 de maio de 1888).

Essas notícias reforçam também a ideia da permanência da ordem nesses locais de escravização sem alteração significativa no mundo do trabalho após a abolição. Foi o caso, por exemplo, de uma notícia vinculada na *Gazeta de Notícias* narrando que um fazendeiro foi recebido pelos ex-escravos com festas e, ao final, todos voltaram ao trabalho. Essa permanência teria sido o resultado da disciplina estabelecida na fazenda (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de maio de 1888). A nota tende a reafirmar uma estabilidade nas fazendas e a existência de uma negociação tanto para a realização das festas, quanto para a continuidade dos trabalhos. No editorial da *Revista Ilustrada*, “o ar livre e oxigenado da liberdade” aparecia também nos relatos conciliatórios entre ex-escravos e seus ex-senhores. O caso de duas mulheres que pretendiam continuar com seus antigos senhores ajudando-lhes nas despesas, e a permanência dos ex-cativos de Paulino de Souza e de Lacerda Werneck, ambos votos contrários ao projeto da abolição, em suas fazendas, eram interpretados por Júlio Verim, autor do texto, como exemplos de que a tensão projetada para os dias seguintes à abolição era infundada e, em menos de um mês passada a lei, era possível ver a permanência da calma

(REVISTA ILUSTRADA, 2 de junho de 1888). Essas notícias negam o conflito e qualquer suspeita de mudança radical e lógica de autonomia e de escolha vivida pelos ex-escravos nos dias seguintes à assinatura da lei. A lógica dos redatores era a do fazendeiro que permanecia com seus domínios a partir da crença de que isso era uma opção do liberto. No entanto, os diferentes sentidos da liberdade, tanto os vividos pelos fazendeiros quanto pelos libertos, apareceriam no relato das festas e dos seus conflitos.

Ao mesmo tempo, esses mesmos jornais também publicaram notícias a respeito da interrupção de uma festa promovida pelos libertos sob alegação de que não teria chegado até a região a notícia oficial da assinatura da lei.

No dia 14 do corrente ao constar em Mangaratiba a notícia da sanção e promulgação da áurea lei, muitos escravizados, em número superior a 100, reuniram-se e, precedidos de uma banda organizada com os seus toscos e primitivos instrumentos de música, tambores, chocalhos (...) percorreram as ruas daquela vila, levantando vivas a S. M. o Imperador, a S. A. a Regente, aos senadores Dantas e João Alfredo, a Patrocínio e outros. (...). (GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 de maio de 1888).

Os festejos continuaram com saudação ao abolicionista da região, cujo nome é ignorado pelo autor da nota. Ao voltarem para a fazenda, esses ex-escravizados se reuniram e continuaram os festejos até serem interrompidos pelas autoridades locais, continuando a festejar até ao amanhecer após a negociação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 de maio de 1888).<sup>10</sup> Na verdade, a notícia acerca da abolição certamente já havia percorrido toda a região de abrangência da fazenda, sendo levada adiante numa espécie de préstito realizado pelos ex-escravos pelas ruas da vila. De fato, a ordem dada logo após a assinatura era para que todas as províncias soubessem da lei e a aplicassem.<sup>11</sup> O telégrafo, nesse ano, era a forma mais rápida de comunicação e fez chegar a notícia da abolição a todo país e até mesmo fora dele.<sup>12</sup> Logo, possivelmente, o motivo da interrupção da festa foi uma desculpa das autoridades a fim de parar com uma prática festiva que também para elas era desconhecida ou condenada. Porém, ao realizarem suas festas, esses ex-escravos trataram também de utilizar alguns símbolos da festa letrada, ao dar vivas à Princesa, ao Parlamento e a Patrocínio, fazendo isso nos usos das suas próprias práticas culturais de diversão. No entanto, tal cultura é ignorada pelo editor da nota cuja classificação dada aos instrumentos que eles utilizaram, chama-

dos de “toscos e primitivos”, é um dos sinais da hierarquia que se pretendia construir nos relatos das celebrações.

De todo modo, a preocupação em torno da forma de celebrar a liberdade tomava conta das mentes das autoridades locais e policiais, que temiam aglomerações, festejos prolongados e a perda da ordem. Essas foram as notícias enviadas ao Ministério da Justiça vindas de chefes de polícia e presidentes de província em maio de 1888. Segundo Wlamyra Albuquerque (2009, p. 95), os pedidos de ajuda tinham por objetivo conter um “perigoso estado eufórico” que certamente poderia ocorrer nas festas nas ruas e nas fazendas. Para o chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, a promessa de que a ordem e a paz permaneceriam inalteradas com a abolição era baseada tanto no controle das autoridades como também na experiência do passado.

A ordem e a paz públicas permaneceram inalteradas, o que atesta a índole pacífica dos habitantes da importante província do Rio de Janeiro, seus hábitos de trabalho, o amor que consagram às instituições juradas, a civilização que se vai espalhando nos seus municípios mais remotos, o respeito e a confiança às autoridades constituídas e às leis em vigor.<sup>13</sup>

Tudo o que se pretendia conseguir naqueles dias seguintes à abolição era a ordem. Essas considerações do chefe de polícia precederam os relatos acerca dos conflitos existentes em algumas regiões após a assinatura da lei e ainda durante as festas. Ou seja, existiam outras lógicas e sentidos ligados à liberdade, vividos por ex-escravos e seus senhores e que estavam fora do controle das autoridades.

O primeiro caso é do ex-escravo Martinho que, no dia 14 de maio, foi repreendido por um feitor por estar fazendo baderna no divertimento dos companheiros que “festejavam o decreto que aboliu a escravidão”. Martinho, indignado com a repressão, tirou a faca que estava na cintura do feitor e o matou. Ele foi preso em flagrante.

Na região chamada de Distrito da Barra, no dia 26 de maio, “o preto Valério, ex-escravo” feriu com um canivete o administrador da fazenda do seu ex-senhor, que já era morto, e depois fugiu. Não há nenhuma outra informação sobre a causa do crime e nem se Valério havia permanecido na fazenda após a abolição.

Nesses dois casos relatados pelo chefe de polícia, temos exemplos de como existia uma lógica de liberdade que não era compartilhada igualmente pelos ex-escravos e pelos antigos feitores. A respeito do caso de Martinho,

não se tem clareza sobre quem ele incomodava, aqueles que faziam suas festas ou ao próprio feitor, ainda figura presente e de autoridade naquele local. A ação de Martinho revela mais do que vontade de ser livre e festejar: quer ao mesmo tempo eliminar a figura do feitor e da sua repressão, marcas da escravização, mesmo que essa eliminação tenha sido de forma extrema. O outro caso de agressão contra um administrador da fazenda, cometido pelo ex-escravo Valério, apesar de desconhecermos a sua causa, também mostra a intolerância a certos limites possivelmente colocados por antigos senhores e administradores a fim de manter sua mão-de-obra nas fazendas. Em ambos os casos, esses ex-escravizados pretendiam viver uma liberdade que, às vistas dos seus antigos opressores, deveria ser vigiada e limitada. Porém, para eles, ser livre era poder participar de uma diversão sem a figura representadora do feitor que os remetiam aos tempos de escravização.

Por outro lado, essa liberdade conquistada por meio da lei não eliminou certas atitudes de ex-senhores de escravos que ainda se achavam no direito de marcar de forma violenta o lugar social do ex-escravo. Essas agressões foram registradas no relatório do chefe de polícia no dia 16 de maio: 1- em Sapucaia, quando dois libertos foram postos no tronco pelo seu ex-senhor; 2- e em Valença, uma ingênua foi apresentada ao delegado com ferimentos dizendo ser de responsabilidade da ex-senhora.

A ordem pregada pelo chefe de polícia não foi assimilada por todos e a violência continuou sendo uma marca das relações hierárquicas existentes no interior da província, mesmo com o fim da escravidão. Em todos esses casos, a liberdade vinda com a lei não foi duradoura, uma vez que os ex-escravos tiveram que arcar com os custos dos seus atos violentos ou das vontades dos seus ex-superiores que ainda viviam sob a lógica escravista dominando seus atos. Portanto, através desses casos, percebe-se como a festa que celebrava a liberdade era vivida de forma diversa e com significados distintos para ex-escravizados e seus antigos opressores. O festejo da liberdade deveria compartilhar símbolos e significados presentes tanto na mentalidade do senhor quanto na do liberto.

Um exemplo disso ocorreu no curato de Santa Cruz, interior da província, quando a notícia da abolição chegou junto com a da melhora da saúde do Imperador. A casa da superintendência foi iluminada e fogos de artifício foram lançados. Os sinos da matriz tocaram e iluminou-se todo o curato. Nesse momento, os ex-escravos foram para a igreja entoando hinos que, de início, saudavam as figuras de D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II e da Princesa Regente: “Depois de executado o hino, cantaram uma linda música original,

continuando suas festas em roda do novo cruzeiro, permanecendo até alta noite sempre em folguedos e boa ordem (O PAIZ, 15 de maio de 1888).

Mais uma vez, a liberdade recém conquistada era experimentada por esse grupo de ex-escravos como o direito de expressar seus próprios costumes e tradições. Se a tradição senhorial e a gratidão do momento os levavam a executar cantos em louvor à família real, compartilhando os significados que os letrados construíram para a abolição, no momento de celebrar ao seu modo a liberdade, os ex-escravizados trataram de se organizar em roda, com cantos e danças que eram provavelmente uma maneira de celebrar suas origens centro-africanas, formas possivelmente incompreensíveis aos ouvidos dos senhores e letrados da Corte (SLENES, 2008).

Não por acaso, essas formas de comemoração nas fazendas apareceram nas ilustrações de Angelo Agostini para a *Revista Ilustrada*.<sup>14</sup>

**FIGURA 2 — Charge de Angelo Agostini que mostra uma comemoração da libertação dos escravos numa fazenda.**



Fonte: Revista Ilustrada de 12 de junho de 1888.



Por mais que se tratasse de um trabalho do desenhista, que não necessariamente significava uma cena antes vista ou vivida por ele, o modo de representá-la parte do conhecimento de Agostini sobre como se organizavam as festas negras no interior das fazendas ainda durante a escravidão. A dança em roda, com homens e mulheres de pés descalços, as mãos dadas, como em uma ciranda que rodava em volta da fogueira, sempre presente nos festejos dos escravos realizados após o trabalho, marcam a forma negra de celebrar, lembrando as rodas de jongo, tão marcantes na experiência dos africanos escravizados da região e seus descendentes (STEIN, 1961, p. 246).

O jongo realizado para comemorar a abolição era a síntese de um período onde esses ex-escravizados tiveram que, em meio ao trabalho na lavoura, rearticular suas redes de identidade a partir dos costumes compartilhados no continente africano. Essa dança ocupava uma posição intermediária entre uma cerimônia religiosa e diversão secular (SLENES, 2008, p. 55 e 115) e foi o exemplo, no Brasil, da adaptação de uma identidade original diante de um contexto de escravidão e resistência (SLENES, 1992). Ao realizarem um jongo para celebrar a abolição, marcaram uma autonomia em relação a forma de viver a liberdade recém-conquistada e sua festa.

Além de Agostini não fugir da realidade do interior das fazendas para retratar o festejo negro, a legenda inserida por ele na ilustração exemplificou, de certo modo, uma situação ocorrida num festejo negro em um local distante da Corte. O *The Rio News* (24 de maio de 1888) relatou as comemorações dos ex-escravos em Campinas, quando houve o que o editor chamou em inglês de “shin-digs” (batuque). Assim como a legenda da ilustração de Agostini, quando os libertos utilizaram os instrumentos de tortura para aumentar a fogueira, em Campinas também foi realizado um “auto de fé” com todos os instrumentos de tortura encontrados na região (STEIN, 1961, p. 246).<sup>15</sup> Com a lei, esses objetos tornavam-se inúteis e, por isso, foram utilizados numa comemoração escolhida pelos libertos: o batuque. O som dos instrumentos “toscos e primitivos” dos ex-escravos e a fogueira alimentada pelas antigas peças de escravização alimentaram as noites dos festejos dos libertos que, a partir da sua cultura negra, comemoravam a liberdade (STEIN, 1961, p. 309).<sup>16</sup> Todas essas festas no Vale do Paraíba, lavoura do café dependente da escravização, foram precedidas pelas notícias sobre a abolição transmitidas por fazendeiros, que tentaram agregar os seus ex-escravos ao quadro de funcionários das fazendas, ou pelos próprios libertos que percorreram as fazendas da região dando a notícia aos seus pares (STEIN, 1961, p. 308).

A ilustração de Agostini dando exemplos de um festejo negro e a confirmação da sua existência por parte de um jornal que circulava na Corte pertencem a uma dinâmica festiva realizada e promovida pelos ex-escravos que celebraram a liberdade a partir das suas experiências do tempo da escravidão. Tais festejos ocorridos numa região distante da Corte, mas noticiados nos periódicos que circulavam na cidade, mostram o quanto que a abolição foi festejada para além dos sentidos pregados pela comissão organizadora dos festejos. Os batuques, os jongos e as fogueiras dão significados de ruptura e liberdade à lei de certo modo distintos dos vividos na festa da cidade. Essa liberdade já aparecia num tipo de negociação existente antes mesmo de 1888 entre escravizados e senhores onde o ambiente legal era o campo de resistência principal da escravidão. Nesse espaço de negociação, a realização de uma festa negra já era uma forma de conquista antes mesmo da abolição. Com o fim da escravidão, essa festa celebra a vitória de sujeitos que no âmbito legal da negociação conquistaram espaços de preservação da sua cultura e das suas crenças. A lei da abolição consolidava esse caminho também trilhado por aqueles que, na cidade do Rio de Janeiro, negociavam a sua liberdade a todo momento. Em seu conjunto, estas celebrações sugeriam que, para ex-escravos distantes da Corte ou até mesmo os da cidade do Rio de Janeiro, a abolição era mais do que liberdade. Era tudo o que seu festeiro da noite, do dia, do batuque e do jongo a ela quisesse associar.

## Notas

1 A pena usada pela Princesa para assinar a lei da abolição foi comprada a partir de uma subscrição popular que contou com mais de 3 mil assinaturas. No envio da quantia, havia listagens com os nomes dos doadores e algumas declarações sobre aquele ato.

Entre essas declarações, por exemplo, está o perigo de se assumir abolicionista numa região fortemente escravista como o interior de Minas (MORAES, 2013).

2 Não há referências mais específicas do local da realização dessas festas. Para mais informações, ver Reis (2002) e Slenes (2008).

3 Interessante pensar na ambiguidade dessas festas, uma vez que, ao mesmo tempo, para alguns senhores poderia ser um sinal de perigo, ou seja, a ante-sala de uma revolta social, para outros era tida como um direito, servindo para diminuir as tensões sociais do cativo.

4 No interior das fazendas, ainda durante a escravidão, a reunião de escravos para a realização de batuques ou outros festejos era, segundo Stanley Stein (1961), uma forma de conceder um divertimento ao homem que trabalhava durante todo o dia, apesar dos perigos que isso poderia representar, uma vez que permitiria a reunião de um grande número de escravos.

5 Os autores citam a denúncia feita pelo *Jornal do Comércio*, em meados do século XIX, de que batuques na Rua Gonçalves Dias incomodavam a vizinhança.

6 Essa festa imaginada por Agostini seria a realizada pela revista na comemoração do seu número 500 e seria feita numa comparação com a realizada pela imprensa para os festejos da abolição (*Revista Ilustrada*, 9 de junho de 1888).

7 Um exemplo disso apareceu no *Diário de Notícias* de 21-22 de maio de 1888. No balanço da festa, o redator informou que, apesar da existência de muitas pessoas nas ruas, não havia tido maiores conflitos. Os que existiram foram apaziguados com a ajuda do próprio povo “alegre e unido”.

8 Esses três casos ficam nas imediações da atual Praça Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro.

9 Houve publicação dessas denúncias também na edição do dia 18 de maio.

10 Segundo Stanley Stein (1961, p. 310), correu um boato na região do Vale do Paraíba do Sul de que, de acordo com o novo decreto governamental, os ex-escravos tinham que servir mais sete anos na escravidão. Tal atitude certamente tinha como fim evitar a saída dos ex-escravos das fazendas.

11 Essa determinação apareceu logo em seguida aos artigos da lei.

12 Era forte a expectativa pela abolição e, possivelmente, a notícia se espalhou de forma muito mais rápida, tornando quase impossível seu desconhecimento. De acordo com Eduardo Silva (2001), o telégrafo e as modernidades do ano de 1888 fizeram parte dos festejos pela abolição.

13 Relatório do chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente, Dr. José Bento de Araujo. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1888.** Disponível em: [http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/822/\(Center for Research Libraries – global resources network\)](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/822/(Center for Research Libraries – global resources network)). Acesso em: 25 de agosto de 2018.

14 Na análise feita por Marcelo Balaban (2009) sobre a visão da *Revista Ilustrada*, o autor afirma que Agostini não havia retratado a festa dos negros e nem suas possíveis comemorações. Essa ilustração contraria essa informação.

15 Segundo Stanley Stein (1961, p. 246), a associação entre fogueira e tambor estava presente nos locais de escravização e servia como momento de sociabilidade entre os escravos novos e velhos.

16 Segundo Stein (1961), durante três dias e três noites podiam ouvir-se as batidas dos tambores enquanto os libertos festejavam o acontecimento dançando ao toque do caxambu.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. **Império do Divino**. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O Jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis**. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades dos Rosários**. Devoção e solidariedade em minas gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FARIAS, Juliana et al. **Cidades negras**. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

MORAES, Renata Figueiredo. Uma pena de ouro para a abolição: a lei do 13 de maio e a participação popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 49-69, 2013.

REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX” In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SILVA, Eduardo. Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”. In: PAMPLONA, Marcos A. (Org.) **Escravidão, exclusão e cidadania**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

SLENES, Robert W. “Eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jogadores de cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. **Memória do jongo**. As gravações históricas de Stanley J. Stein. Rio de Janeiro/Campinas: Folha Seca/Cecult, 2008.

SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil (1991-1992). **Revista da USP**, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência**

**do café no vale do Paraíba**. Uma referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

Recebido em: 30/08/2018

Aprovado em: 19/10/2018